

MUDANÇA SOCIAL E ESTUDOS RURAIS: REFLEXÕES SOBRE OS DESENVOLVIMENTOS E AS DISPUTAS NO CAMPO

Roberto de Sousa Miranda¹

 <https://orcid.org/0000-0003-2412-7914>

Ramonildes Alves Gomes²

 <https://orcid.org/0000-0001-5009-9625>

Valdênio Freitas Meneses³

 <https://orcid.org/0000-0002-1914-9265>

RESUMO

A Revista Raízes completa 40 anos de vida e neste artigo realizamos uma viagem exploratória e analítica pelas publicações. Não nos propusemos a abranger todo o acervo bibliográfico, mas optamos por refletir sobre os artigos que tiveram como norte o diálogo com as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e ambientais experimentadas no Brasil, nas últimas cinco décadas, e os que destacaram a emergência de novos campos de investigação. A metodologia foi estruturada em quatro etapas: leitura dos editoriais, apresentações e sumários de todos os números publicados; sistematização dos principais temas de investigação abordados nos artigos nas últimas cinco décadas, a saber, concentração fundiária, modernização da agricultura, programas e políticas de desenvolvimento, trabalho rural, emergência da agricultura familiar enquanto categoria política, resistência, acesso e uso de recursos naturais, sistemas alimentares e soberania alimentar; seleção dos principais artigos relacionados aos temas elencados na etapa anterior; e, por fim, a análise dos artigos selecionados. Ao final, observamos que a revista Raízes possui importância histórica na disseminação de investigações sobre os estudos rurais e que sempre esteve aberta às novas agendas de pesquisa.

Palavras-chave: Revista Raízes. Estudos Rurais. Mudanças Sociais. Nordeste.

SOCIAL CHANGE AND RURAL STUDIES: REFLECTIONS ON DEVELOPMENTS AND DISPUTES IN THE COUNTRYSIDE

ABSTRACT

The Journal Raízes completes 40 years of life and in this article, we carry out an exploratory and analytical journey through the publications. We did not set out to cover the entire bibliographic collection, but we chose to reflect on the articles that had as their guide the dialogue with the social, political, economic and environmental dynamics experienced in Brazil in the last five decades, and those that highlighted the emergence of new research fields. The methodology was structured in four stages: reading the editorials, presentations and summaries of all published issues; systematization of the main research themes addressed in the articles in the last five decades, namely, land concentration, modernization of agriculture, development programs and policies, rural work, emergence of family farming as a political category, resistance, access and use of natural resources, food systems and food sovereignty; selection of the main articles related to the themes listed in the previous step; and, finally, the analysis of the selected articles. In the end, we observe that Raízes has historical importance in

¹ Doutor em Ciências Sociais. Professor da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: robertosmiranda@ufape.edu.br.

² Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: ramonildes.alves@professor.ufcg.edu.br.

³ Doutor em Ciências Sociais. Professor da Unidade Acadêmica de Ciências e Tecnologia Ambiental e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: valdenio.freitas@professor.ufcg.edu.br.

the dissemination of investigations on rural studies and that it has always been open to new research agendas.

Keywords: Raízes Journal. Rural Studies. Social Changes. North East.

CAMBIO SOCIAL Y ESTUDIOS RURALES: REFLEXIONES SOBRE DESARROLLOS Y DISPUTAS EN EL CAMPO

RESUMEN

La Revista Raízes cumple 40 años de existencia y en este artículo realizamos un recorrido exploratorio y analítico por las publicaciones. No nos propusimos abarcar todo el acervo bibliográfico, pero optamos por reflexionar sobre los artículos que sirvieron de guía para el diálogo con las dinámicas sociales, políticas, económicas y ambientales vividas en Brasil en las últimas cinco décadas y aquellos que destacaron la aparición de nuevos campos de investigación. La metodología se estructuró en cuatro etapas: lectura de los editoriales, presentaciones y resúmenes de todos los números publicados; sistematización de los principales temas de investigación abordados en los artículos en las últimas cinco décadas, a saber, concentración de la tierra, modernización de la agricultura, programas y políticas de desarrollo, trabajo rural, emergencia de la agricultura familiar como categoría política, resistencia, acceso y uso de los recursos naturales recursos, sistemas alimentarios y soberanía alimentaria; selección de los principales artículos relacionados con los temas enumerados en el paso anterior; y finalmente, el análisis de los artículos seleccionados. Al final, se observa que la revista Raízes tiene una importancia histórica en la difusión de las investigaciones sobre estudios rurales y que siempre ha estado abierta a nuevas agendas de investigación.

Palabras clave: Revista Raízes. Estudios Rurales. Cambios sociales. Noreste.

INTRODUÇÃO

A revista Raízes completa 40 anos de existência com 525 artigos publicados. Ao longo desse tempo, abordou sempre os principais temas de investigação no campo dos estudos rurais, mantendo também seu caráter interdisciplinar. Para celebrar as “bodas de esmeralda”, faremos, no presente artigo, uma viagem exploratória e analítica pelos principais temas de pesquisa abordados nos artigos publicados na Raízes – tarefa que não é simples e que tampouco se propõe a abranger todo o acervo bibliográfico. Para tanto adotamos como critério de seleção os artigos que tiveram e têm como norte o diálogo com as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e ambientais experimentadas no Brasil durante o período de existência da própria Revista, e o destaque para a emergência de novos campos de investigação.

Diante da quantidade de artigos e da diversidade de temas publicados na Raízes, a metodologia da pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas: (1) a leitura dos editoriais, apresentações e sumários de todos os números publicados (do primeiro ao décimo quarto número, os artigos não possuíam resumos); (2) a sistematização dos principais temas de investigação abordados nos artigos nas últimas cinco décadas, a saber, concentração fundiária, modernização da agricultura, programas e políticas de desenvolvimento, trabalho rural, emergência da agricultura familiar enquanto categoria política, resistência, acesso e uso de recursos naturais, sistemas alimentares e soberania alimentar; (3) a seleção

dos principais artigos relacionados aos temas elencados na etapa anterior; e (4), por fim, a análise dos artigos e a escrita do texto propriamente dita.

Para melhor apresentar as discussões, o artigo foi organizado em quatro seções: (1) análise dos desdobramentos da modernização da agricultura brasileira nos anos 1980, especialmente para os processos de ampliação da concentração fundiária e das desigualdades socioeconômicas no mundo rural; (2) olhar centrado na emergência da agricultura familiar e luta por reconhecimento identitário, histórico e político, expressamente pela formulação de programas e políticas públicas para assegurar direitos e fortalecer social e economicamente esse segmento: a inserção da questão ambiental nas investigações realizadas nos estudos rurais; (3) imersão nas as dinâmicas de resistência no campo, a gestão dos recursos naturais e a construção de uma nova perspectiva de desenvolvimento, pautada no enfoque territorial; (4) panorama sobre a capacidade da revista Raízes em acompanhar os debates atuais a respeito dos sistemas alimentares e dos mercados institucionais.

1. MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E DESIGUALDADE

Os estudos rurais, na década de 1980, foram perpassados, direta ou indiretamente, por três temas principais: a modernização da agricultura, a concentração da posse da terra e o desenvolvimento rural. O primeiro tem uma relação com a necessidade do aumento da produção agropecuária mundial, em resposta ao problema alimentar que ganhava centralidade no debate global e levou o Conselho Mundial de Alimentação a reconhecer, em 1974, a necessidade de garantir a segurança alimentar mundial e recomendar, em 1977, o estabelecimento de um sistema internacional de reservas alimentares. Se de um lado, os Estados atuavam para estabelecer uma segurança alimentar global, do outro lado, as indústrias agroalimentares se encontravam em uma situação vantajosa, porque exerciam o controle exclusivo sobre a produção primária, e porque se aproveitam das inovações alimentares que lançavam no mercado (Vergopoulos, 1985).

Esse debate, no Brasil, tinha uma forte influência marxista, e Guimarães (1982), ao analisar a “crise agrária”, assinalava a queda da lucratividade que levou a agricultura a se combinar com a indústria para assegurar condições de produção mais eficientes, como o aumento da produtividade e a garantia do escoamento de seus produtos em um mercado controlado pelas grandes empresas industriais e comerciais. O contexto, portanto, era favorável para a emergência da agroindústria e para a transformação da economia agrícola: a entrega dos produtos agrícolas aos consumidores, em sua maioria, não mais *in natura*, mas minimamente processados. As grandes empresas processadoras de alimentos, assim, passaram a ditar as regras da estrutura produtiva, ao comprarem matéria prima pelos preços de concorrência e venderem produtos aos agricultores a preços de monopólio.

A modernização da agricultura, mesmo com a transferência de tecnologia, não foi capaz de produzir o desenvolvimento esperado, mas sim o subdesenvolvimento. O que pode ser explicado pela implementação de agroindústrias controladas por empresas multinacionais atuantes na produção, comercialização e fornecimento de tecnologia. Dessa constatação se deriva ao menos duas linhas de análise: (1) que os países pobres da América Latina, por exemplo, por possuírem grandes áreas agricultáveis e mão-de-obra barata, acabaram sendo os principais “financiadores” das empresas agroindustriais (Grondim, 1982); e (2) que as empresas agroindustriais representaram uma forma de organização da relação do homem com a terra, caracterizada pela subordinação real do trabalho ao capital (Ianni, 1983).

Havia um outro debate em curso também influenciado pelo marxismo, porém com olhar mais voltado para a pequena propriedade, para os camponeses e que era articulado entre a experiência francesa e a realidade brasileira. Um dos expoentes é Marcel Jollivet (1982), destacando que os estabelecimentos agropecuários franceses, em sua maioria, eram dirigidos por um pequeno produtor que, juntamente com a sua família, trabalhava em uma terra que era sua, desde a reforma agrária realizada por volta dos anos de 1830, e, ao se voltar para o Brasil, nos mostrava que a realidade, embora mantivesse algumas semelhanças, era bem diferente, ao comparar o Brasil dos anos 1980 com à França do segundo quartel do século XIX, mas que os processos de reestruturação fundiária são fundamentais para o fortalecimento da pequena produção agropecuária e para a sua inserção na estrutura de classes sociais capitalista.

A reforma agrária era apresentada por pesquisadores brasileiros como Andrade (1982) e Ianni (1983), enquanto elemento fundamental para transformar a realidade socioeconômica e resolver os problemas de um país do latifúndio e do minifúndio, e também transformando a realidade da marginalização e da expropriação de terras indígenas⁴, mesmo após a criação da Funai, em 1967. Uma das principais referências para o debate era a reforma agrária chilena, responsável pela redistribuição de renda e pela nacionalização da produção e da comercialização agropecuária, mas que não foi capaz de solucionar o problema do minifúndio e da pequena agricultura (Santos, 1988). Como pensar esse debate no Nordeste, região que sintetiza a combinação mais perversa entre riqueza e desigualdade?

Para problematizarmos a modernização da agricultura e a reforma agrária no Nordeste, precisamos levar em conta duas características. A primeira é a concentração da posse da terra e, logo, do poder político, que exclui grande parcela da população dos processos produtivos e decisórios, e contribui para o empobrecimento da população. A segunda diz respeito à produção

⁴ Os índios brasileiros foram, historicamente, alvos da expansão da sociedade “branca”, quando esta se interessava por novos territórios. Embora os conflitos levassem ao desaparecimento sistemático dos indígenas, não havia a constituição de uma questão indígena nacionalmente. O movimento mais importante dos anos 1980 foi o aumento da consciência dos índios em relação aos seus problemas, o que é constatado pelo surgimento de lideranças indígenas (Ribeiro, 1982).

agrícola regional de alimentos (arroz, carne, fava, feijão, leite, milho e mandioca) e de matéria prima para a indústria (algodão, cana-de-açúcar, mamona e sisal). Ademais, os investimentos estatais da Sudene, do Dnocs e da Codevasf para a irrigação contribuíram para a introdução de alimentos com pouca tradição de cultivo no semiárido (especialmente frutas e hortaliças), e de empresas privadas na nutrição animal, que estimularam a expansão da moderna pecuária regional (Andrade, 1982).

A Sudene, até o final dos anos 1970, não havia produzido os benefícios sociais e econômicos esperados para o Nordeste. Ao invés disso, o que se viu foi a ampliação e concentração da renda e da terra (Martins, 1983). O fracasso das ações do governo brasileiro na região levou à implementação de um único programa de desenvolvimento rural, seguindo as recomendações do Banco Mundial: o Projeto Nordeste, criado em 1º de abril de 1985. Contudo, nem mesmo o principal programa desse novo projeto – o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), que compreendia ações fundiárias, crédito rural, pesquisa adaptada, assistência técnica e extensão rural – alcançou seu objetivo: melhorar a vida no campo (Chaloult, 1985).

Igualmente significativas foram as experiências de inserção do pequeno produtor no mercado, mediante parcerias com empresas privadas. Dentre elas, destacamos a da fumicultura, proposta pela Souza Cruz, subsidiária da *British American Tobacco*, que organizou Unidades Experimentais nos estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Norte, para observar o comportamento do fumo aromático. Passados 6 anos, apenas a Unidade Experimental situada no município de Patos, na Paraíba, manteve-se. Essa unidade continuou em funcionamento por quatro fatores: o ambiente semiárido, favorável ao cultivo; a disponibilidade de mão-de-obra barata; a experiência de pequenas unidades de produção e o importante papel regional da cidade (Grabois; Aguiar, 1983).

É visível, desta maneira, que os pequenos produtores não foram inseridos nos processos de modernização da agricultura no Brasil e, notadamente, no Nordeste semiárido, muito embora fossem e continuem sendo produtores de alimentos básicos (arroz, milho, feijão, mandioca, entre outros). Ao serem marginalizados pelas ações estatais e privadas de reorganização agrícola, os pequenos produtores, pauperizados, buscavam complemento de renda no mercado de trabalho⁵ regional, pressionando os baixos salários reais no campo (Soler, 1988); ou acabavam trabalhando como parceiros e reideiros (Duqué, 1985).

⁵ Em partes do Brasil, tem-se o conhecido trabalhador rural-volante, chamado de boia-fria, o trabalhador rural que reside na zona urbana ou suburbana e trabalha na zona rural por um salário em propriedades agrícolas e/ou pecuárias (Casagrande, 1983).

2. SECAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA FAMILIAR

Os debates da década de 1990 indicam transições e direcionamentos de conceitos e de pesquisas. Algo similar a “camadas de terra” sobrepostas, de diferentes épocas, no campo de produção de conhecimento nas ciências sociais brasileiras. Destaque para intensa diversidade epistemológica e metodológica dos artigos que colocam o acervo da Raízes como um arquivo em que se registram mudanças na forma de escrita, teoria e pesquisas sociológicas e áreas afins sobre o tema do mundo rural brasileiro. Em síntese, são três eixos: (1) discursos e estratégias sobre as secas e migrações; (2) políticas públicas de modernização e tensões que envolvem estratégias de agricultura familiar; e, por fim, (3) a “tradução” e transição de uma questão social no ambiental. São esses pontos que exploraremos abaixo.

O primeiro eixo é exemplar o artigo de Sousa (1994), feito a partir de uma pesquisa com base em entrevistas que captam os sentidos das secas na região do Cariri da Paraíba – região e fenômeno estudado desde a década de 1980 por outros pesquisadores – ver, por exemplo, Duqué (1985). As entrevistas com agricultores, retirantes, migrantes tentam captar a relação entre memória, secas e seus sentidos. A seca, mais que um fenômeno natural, tem uma dimensão memorial: ela é sujeição, escravidão, “destino”, eventos de saques. Encontramos aí, nesse “miolo” memorial, em primeiro lugar, os dramas da condição de trabalhador alugado e sujeito, regime de trabalho ainda vigente na transição da década de 1980 para 1990 nos Cariris. Nesse ponto, a memória nunca é uniforme, uma vez que há uma mistura de falas que apresentam argumentos que giram em pontos contrários, por vezes de denúncia, por vezes de conformismo, que formam a lembrança das secas nos discursos camponeses; tampouco uniforme e linear, o que configura um outro “nodal” de memórias que é a terra: instrumento de prisão, sujeição, mas também de liberdade (Sousa, 1994).

Por sua vez o artigo de Ramalho (1996) explora um ponto não abordado no estudo das memórias camponesas das secas de Sousa (1994): Onde fica a mulher na análise da condição camponesa migrante e/ou moradora dentro do drama social das secas? Nesse caso, Ramalho (1996) destaca as várias dimensões da mulher trabalhadora rural – esposa, chefe de família e as “viúvas da seca” – e como se conectam a processos rurais e urbanos: exemplo disso é a favelização da cidade de Campina Grande, que remete tanto à condição retirante de moradoras quanto à de trabalhadoras.

As secas serão também tema auxiliar de um segundo eixo: políticas públicas de modernização e de racionalidades que envolvem a agricultura e choques de expectativas de projetos, a saber, dos Perímetros Irrigados, como o Perímetro Irrigado de São Gonçalo, em Sousa (PB). Nesse eixo, destacamos primeiro os artigos de Aragão e Queiroz (1994), de Queiroz, Aragão e Pakman (1996) e de Moraes (1996). Frutos de dissertações de mestrado em Economia e Sociologia Rural, todos tocam em uma similar relação conflituosa: as práticas dos agricultores enquadradas como de

agricultura de “sequeiro” em tensão aos modelos e racionalidades impostos via Estado e suas políticas de modernização e irrigação no sertão paraibano – que, desde a década de 1970, almejavam criar uma “classe média rural” com cálculos e racionalidades necessários a um colono irrigante, que teria que trabalhar e gerir cooperativas.

Mediante um olhar mais amplo na relação entre políticas públicas e racionalidades de agricultores familiares, temos os artigos de Sabourin (1999), Ferrante (1997) e Delgado (1998). Do autor francês, podemos afirmar que seu artigo inaugura os debates acerca da relação de contraprestações de dádiva e dons e sua relação com políticas públicas. Os sistemas de prestações e ajudas mútuas – cambão, mutirões, boleias e batalhões – como registrados em pesquisas, na região de Juazeiro (BA), são ignorados nas entidades associativas e profundamente invisibilizados, não sendo reconhecidas as limitações das organizações profissionais (Sabourin, 1999). Nesse sentido, ironicamente, o sistema mercantil não leva em conta um importante aspecto econômico das comunidades: a economia – monetária ou não – de reciprocidades por onde circulam também estratégias para atividades agrícolas.

Um terceiro eixo trata da inserção de novos conceitos e agendas dos anos 1990, como a temática dos conflitos ambientais e o “pacote” conceitual: sustentabilidade e ecologia, dentre outros. Nessa transição de um eixo para outro, emerge o conceito de “agricultura familiar” aparecendo com muita ênfase na Revista Raízes. O texto de Santos e Silva (1997), feito a partir dos quadros da Embrapa, aponta a incapacidade do paradigma da revolução verde e da modernização rural do Brasil de lidar com as transformações da agricultura familiar desde a década de 1960, e destaca a dependência da agricultura familiar da pesquisa agropecuária, encerrando o artigo com profundas críticas aos cortes de recursos da Embrapa, o que força a empresa a buscar recursos e dependências na esfera privada.

A década de 1990 marca também um terceiro eixo: a agenda ambiental e novos conceitos. Sintonizado a este momento, a Revista Raízes apresenta artigos como o de Jollivet e Pavé (1996). Os autores abordam a polissemia do termo “meio ambiente” em um conjunto de relatórios de pesquisas feitos a partir da década de 1970, na França. Os autores listam uma página inteira de problemas de pesquisa e eventos naturais e sociais passíveis de serem classificados nessa agenda ambiental: diversidade biológica, energia nuclear, fome e desenvolvimento, problemas de saúde, problemas de alimentação, composição da atmosfera e gestão de recursos renováveis (Jollivet; Pavé, 1996). Em linha parecida, Foladori (1999) questiona se a indústria é mesmo responsável pelo cenário de crise ambiental evidenciado pelas estruturas econômicas e pelo debate científico e político do final do século XX. O artigo tenta readaptar o debate marxista ao evidenciar não a indústria em si, mas as relações sociais de produção como problema ecológico, de poder e de recursos (Foladori, 1999).

Finalmente, um conjunto de cinco artigos trazem agenda ambiental com estudos empíricos em diferentes cenários da agricultura familiar no Brasil. Canuto (1998), em pesquisa realizada nos quadros da Embrapa, discute as lógicas capitalistas e socioambientais de como esses embates geram a divisão entre agricultura empresarial e agricultura ecológica familiar. Traduz o conceito de *greening* como ecologização e um quadro de indicadores de sustentabilidade socioambiental para ser usado como guia de políticas públicas. Carmo (1998) vincula desenvolvimento rural e agricultura de base familiar ao tema da segurança alimentar. O elemento familiar na lógica agrícola modernizada – tema recorrente da Raízes – agora aparece revestido do debate ambiental e nascente da agenda de sustentabilidade ambiental, e também no abastecimento de alimentos. A relação entre sustentabilidade e técnicas da agricultura familiar no olhar analítico de Moreira (1998) se volta para as desvalorizações econômicas e ideológicas que não aproveitam o potencial efetivo da mão de obra familiar em estratégias de biodiversidade para sistemas agrícolas. Estudos de caso da relação entre mercados e unidade de produção familiar ganharam nova moldura a partir do debate de Brandenburg (1998) e Ferreira (1998), quando ambos observaram os casos no Paraná.

3. RURALIDADES, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E RECURSOS NATURAIS

No início dos anos 2000, os artigos publicados na Raízes realizaram uma revisão de teorias clássicas sobre o campesinato, especialmente a marxista, e o surgimento de novas visões sobre o rural brasileiro dos anos 1980 e 1990. Scott (2002), por exemplo, privilegia os aspectos políticos do campesinato, outrora pouco considerados: as greves, as rebeliões e as ações contra o estado enquanto expressão política dos camponeses, trazendo, assim, para os estudos rurais, o conceito de “formas cotidianas de resistência”, que, na realidade rural brasileira, se materializa no fazer “corpo mole”, na dissimulação, na condescendência, no furto, no surrupio, na simulação, na fuga, na fantasia, na difamação, na maledicência, no incêndio culposo (Menezes, 2002).

Em outra perspectiva, destacamos o debate da não neutralidade das representações sociais da economia, principalmente as científicas, pilares das instituições econômicas que coexistem no mercado – os mercados de exportação, os mercados de interesse nacional e os mercados camponeses – e que disputam espaço e reconhecimento (Garcia-Parpet, 2002). Indo em direção a uma perspectiva mais ampliada, temos a discussão de Wanderley (2005) a respeito da população rural, responsável por um duplo movimento na sociedade, que, por um lado, dinamiza a vida local – na medida mesma em que é a fonte da configuração da paisagem, do uso e da preservação dos recursos naturais e sociais e da intensidade da vida social local – e, por outro lado, estabelece as formas de relacionamento com a cidade e com a vida pública, para além do espaço local.

A sociedade brasileira, nesse sentido, passa a modificar o seu olhar sobre o meio rural, muitas vezes visto como fonte de problemas, e começa a aparecer indícios de um rural portador de

soluções para o desemprego e para a melhoria da qualidade de vida (contato mais direto com a natureza (Wanderley, 2005). Os novos olhares foram centrais para a construção de uma agenda de pesquisa sobre as ruralidades (Froehlich, 2002; Martins, 2006) e o desenvolvimento⁶ rural (Tonneau; Teixeira, 2002; Bazin, 2004; Stropasolas, 2008; Machado; Caume, 2009; Maluf, 2010; Piraux; Miranda, 2010; Watanabe, 2010). O debate em torno do desenvolvimento rural teve grandes desdobramentos e trouxe, para a discussão da sustentabilidade social e ambiental, a participação dos atores políticos que constroem o território e suas dinâmicas (Schneider; Tartaruga, 2005).

O surgimento de novos atores do desenvolvimento rural no semiárido está relacionado ao reconhecimento da especificidade da agricultura familiar (Sabourin; Duqué; Malagodi, 2004) e às suas características sociais, produtivas e ambientais, através da implementação de medidas de apoio: crédito, infraestrutura rural (Pronaf), acesso à terra (assentamentos) ou organização dos produtores (cooperativas, negociação com a Contag). Todas essas medidas, implementadas pelo governo federal a partir de 1995, permitiram, ainda, a formação de espaços para debate entre atores sociais e poder público, através dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR).

Os artigos críticos ao desenvolvimento rural acabaram construindo um novo campo de investigação e de debate político, o do desenvolvimento relacionado no território. Duas definições de território foram comuns na revista Raízes: (1) uma que se pauta no reconhecimento das relações de poder delineadas no espaço entre os diferentes atores, e, deste modo, ao se pensar o rural formativo da agricultura familiar, o ponto de partida é o agricultor, a sua família, a sua propriedade, sua atividade produtiva e as redes sociais e institucionais ligadas à memória e à representação (Schneider; Tartaruga, 2005); e, por fim, (2) a que assinala duas dimensões do território, de um lado o território dado, sem valor acrescentado, e, de outro, o território construído, produto de um processo, das relações entre os diferentes atores (Pecqueur, 2006).

O desenvolvimento territorial, em uma perspectiva mais engajada, pode ser observado no município de Lagoa Seca (PB), que começou a se delinear nos anos 1980, quando uma oposição política se formou e o Sindicato do Trabalhadores Rurais (STR) passou a ser mais independente do poder político local e a diversificar progressivamente a ação sindical, que era essencialmente direcionada à administração e à assistência médica (Bonnal; Tonneau; Stoersky, 2007). Já nos 2000, o STR de Lagoa Seca (PB) estabeleceu uma parceria com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) e o *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement* (CIRAD), para construir um programa de conversão agroecológica e um projeto de desenvolvimento territorial,

⁶ Fernandes (2002) realiza uma análise crítica e pedagógica sobre desenvolvimento sustentável, partindo do pressuposto de que não resolveu os problemas causados pela estrutura social e econômica e pelo não questionamento das formas históricas de apropriação dos recursos naturais.

“entendido como o espaço de diálogo entre sociedade civil e o governo, e de articulação de políticas públicas para o desenvolvimento” (Tonneau; Duqué; Diniz, 2004, p. 36).

Na segunda metade da década de 2000, a questão ambiental ganha espaço na revista *Raízes*, com o artigo de Martins (2008), que analisa os conflitos territoriais decorrentes da governança dos recursos ambientais; no caso, a gestão política da água em territórios rurais do estado de São Paulo. Além disso, marca a chegada da ecologia política na revista, abordagem que parte do pressuposto de que a apropriação dos recursos naturais é mediada pelas relações de poder, que, por sua vez, acentuam a desigualdade na distribuição de custos e benefícios e reforçam as desigualdades sociais e econômicas históricas (Cunha, 2005), com o artigo de Cunha e Gomes (2012), que ressalta como a algaroba, inserida a partir de uma estratégia de eco-agro-inovação para o desenvolvimento, expressa dilemas políticos e científicos, além do enquadramento como problema ambiental.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS, SOBERANIA ALIMENTAR E MERCADOS INSTITUCIONAIS

A primeira década do século XXI coincide também com o início de um novo milênio – anos 2000 –, ao mesmo tempo é um momento político e social apropriado para renovar esperanças, construir alianças e passar em revista as conquistas importantes que marcaram as últimas duas décadas do século XX. Particularmente, no Brasil, foram décadas de intensas mudanças sendo o processo de redemocratização uma grande janela de oportunidades para a construção de uma constituição cidadã, a Constituição Federal de 1988. Mais que uma Carta Magna definidora de direitos sociais necessários e inclusivos, a Constituição legitimou um novo tipo de governança para as políticas públicas, reconheceu os limites burocráticos, técnicos e orçamentários do Estado para reduzir as desigualdades sociais e promover as mudanças necessárias para fazer da nova Constituição um instrumento eficiente de transformação social.

Esse cenário aliado a uma conjuntura econômica e política nacional, ajustada pela estabilidade da moeda – o real –, e internacional⁷, cuja expressão maior era a abertura de novos mercados exportadores de *comodities* – Japão, China, Índia, Coreia, entre outros –. Todos esses fatos confluíram direta e indiretamente para a eleição, em 2002, do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), inaugurando uma outra filosofia com relação ao papel do Estado. Ou seja, diferente do alinhamento neoliberal que orientou as ações do estado brasileiro nos anos 1990, o Governo do Presidente Lula assumiu o desafio de planejar o desenvolvimento, tendo como vetores a manutenção da estabilidade

⁷ Catia Grisa (2020), ao refletir sobre a relação sobre políticas enquanto dispositivos de autoreferencialidade e autoreflexividade nas sociedades modernas, aprofunda a formulação de Pierre Muller, qual seja: que as políticas públicas são mais que instrumentos do Estado, são a essência desse, na medida em que explicitam a quem o Estado serve, a partir de interpretações prevaletentes na sociedade. A forma como as sociedades pensam, dizem e agem se expressa por meio do referencial global (compreensão geral sobre a sociedade/mundo) e do referencial setorial (interpretação sobre o papel do setor na sociedade/mundo).

econômica, a promoção de ações direcionadas para o mercado interno (produção, consumo e abastecimento), objetivando atrair investimentos internacionais, e, especialmente, uma atenção central para a promoção de políticas voltadas à redução da fome, da pobreza, das desigualdades e a conquista e ampliação de direitos sociais fundamentais, particularmente pela via do pleno emprego (Grisa, 2022).

Acompanhando as dinâmicas caracterizadas pela afluência de ideias, ações e inovações, pesquisadores e estudiosos dos estudos rurais se desdobraram para apreender, analisar, refletir criticamente e, ao mesmo tempo, registrar e qualificar, através do exercício da produção de artigos, a realidade nacional e regional marcada por intensas mudanças. O espaço da revista Raízes, através dos artigos publicados nas últimas duas décadas do século XXI, se tornou uma espécie de vitrine por onde seria possível enxergar essas mudanças e, principalmente aquelas que impactavam diretamente os espaços rurais (Cavalcanti, 2012; Cunha; Bursztyn, 2021; Morais; Miranda, 2021).

A produção que inaugura os anos 2000 na Revista Raízes apresenta, com mais ênfase, artigos cuja centralidade são as políticas públicas direcionadas aos espaços rurais, entre estas, a preocupação com a gestão de recursos comuns (Alves; Bursztyn; Chacon, 2011); e a agroecologia, os sistemas alimentares, os mercados institucionais, entre outros (Araújo; Maia, 2012; Niederle, 2017; Mota; Schmitz; Hofmann-Souki, 2021; Camargo; Souza-Esquerdo; Borsatto, 2021; Cruz; Schneider, 2022; Giombelli; Tecchio; Boni, 2022). Esses artigos, ao mesmo tempo, que informam a emergência de novas ruralidades, problematizam a luta das populações do campo por afirmação e reconhecimento de identidades: agricultores familiares, indígenas e quilombolas (Batista, 2011; Mattei, 2015). Em conjunto, são artigos que sugerem o questionamento acerca de um estilo próprio de escrita e produção de conhecimentos, pautados na valorização da empiria, das experiências compartilhadas nos espaços rurais do Brasil e, eventualmente, de outros países da América Latina. Tais evidências nos instigam a refletir se ante a conjuntura política e social não seria, essa produção, uma expressão de que a sociologia rural sempre foi uma sociologia pública? Ou, seria uma característica inerente aos estudos rurais fazer uma sociologia das políticas públicas nos termos aludidos por Ruy Braga e Michael Burawoy (2009)?

Na tentativa de fazer uma analogia com a crítica à divisão do trabalho sociológico descrito por Braga e Burawoy (2009), constatamos que a análise dos artigos produzidos no período já mencionado, ainda que problematize a mesma temática e/ou o mesmo objeto, apresenta experiências regionais distintas, particularmente, sobre o Norte, o Nordeste e o Sudeste, a saber: pelos artigos que discutem a criação dos territórios e o desenvolvimento territorial (Pecqueur, 2006; Araújo; Teisserenc, 2016; Caniello; Caniello; Melo, 2016); e os que discutem as políticas públicas e processos de mediação (Grisa, 2018; Sieber; Gomes, 2018). Assim, verificamos um esforço de dar visibilidade, através dos casos evidenciados, à relação entre as mudanças sociais em curso e os limites

dessas mudanças, especialmente pelo fato de se debruçarem sobre processos coletivos, jamais experimentados anteriormente. Tomamos como hipótese o fato de que os estudos produzidos nas últimas décadas, enquanto produção científica, faz-se valorizando a empiria e buscando “devolver o conhecimento àqueles de onde tal conhecimento emergiu” (Braga; Burawoy, 2009, p. 19).

Como já o dissemos, a análise dos artigos – neste caso, os artigos e referências citadas – não se prestou a fazer um acerto de contas com os argumentos apresentados, a pretensão foi entender os elementos que se colocaram como motivadores para questões como a volta do Brasil ao mapa da fome, os processos de desmonte das políticas públicas, a crise no setor de abastecimento alimentar e o crescimento exponencial da insegurança alimentar em diferentes níveis. Este conjunto de questões impôs uma vasta agenda de pesquisa aos estudiosos comprometidos com as populações do campo e os territórios mais vulneráveis, e ainda lançou luzes sobre categorias importantes, mas pouco refletidas na primeira década dos anos 2000 – estamos falando de interseccionalidade e intersetorialidade das políticas públicas.

Nos idos de 2010, a Revista Raízes passou a receber oferta significativa de artigos, cujo o foco eram os sistemas alimentares (Grisa; Rozendo; Gomes; Zimmerman, 2021), a agroecologia e a necessidade de criação e fortalecimento dos mercados de proximidade e as cestas de bens e serviços (Cazella; Dorigon; Pecqueur, 2022). A emergência de uma produção dedicada a esses temas é resultado da modernização institucional, do pacote de políticas públicas implementadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) nos governos dos Presidentes Lula e Dilma. No idos de 2004, após dois anos do Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, já se mostravam visíveis os indicadores de redução da pobreza, a intensa mobilidade social atingindo, em níveis diferenciados, todas as classes sociais. Municípios que há décadas estavam completamente estagnados passaram a apresentar sinais evidentes de dinamismo econômico e aumento da poupança local, decorrentes, em grande medida, da inclusão social dos mais pobres, via acesso ao mercado de consumo propiciado pelas transferências de renda e pelos programas sociais.

Não menos visíveis são as mudanças na correlação de forças e poder resultantes do processo de criação de espaços democráticos e arranjos institucionais mais participativos (Fóruns, Conselhos, Associações, Colegiados). Arriscamos pontuar que a fertilidade no campo da produção de artigos com esses temas tem como fonte de inspiração a diversidade de políticas públicas, a oferta de programas sociais e novas formas de enquadramentos institucionais, que criaram possibilidades para o reconhecimento de novas identidades, de direitos sociais e formas históricas de pertencimento (Barreira, 2013; Jesus, 2019; Santo; Piraux, 2021). Esse campo de possibilidades atualizou e dinamizou a pauta dos movimentos sociais, modificou as relações entre o Estado, as ONGs e demais agentes mediadores sociais.

A produção mais recente publicada pela revista *Raízes* aponta para uma visão dos espaços rurais no Brasil, na América Latina e na França, não como uma qualidade essencializada, mas como ruralidades que combinam reflexivamente tradição e modernidade como parte integrada da sociedade globalizada (Caniello; Schneider; Pauli; Hunter, 2016; Cazella; Dorigon; Pecqueur, 2022). O pressuposto das ruralidades exige dos autores, pesquisadores e leitores dos estudos rurais deslocamentos teóricos e metodológicos, assim como a necessidade de incorporação de novos temas e objetos, além do imperativo de adotar uma perspectiva interdisciplinar, direcionando esses estudos cada vez mais para o que se poderia chamar de uma sociologia crítica das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da constituição do meio rural brasileiro tem, evidentemente, diferenças marcantes em relação à história europeia e norte-americana. Basta lembrar as funções específicas, aqui assumidas historicamente pelas cidades, as vinculações da grande agricultura de origem colonial ao mercado externo e a possibilidade de dispersão da população por um vasto território, para se entender as particularidades brasileiras no que se refere à constituição e composição das sociedades locais, às relações campo/cidade, e às relações entre o que é “agrícola” e o que é “rural” (Wanderley, 2005). No Brasil, o meio rural foi, historicamente, percebido como sendo constituído por “espaços diferenciados”, que correspondem a formas sociais distintas: as grandes propriedades rurais – fazendas e engenhos – e os pequenos agrupamentos – povoados, bairros rurais, colônias, etc. Estes espaços, juntamente com as pequenas cidades, tiveram um importante papel na história do povoamento brasileiro, como “pontos de apoio da civilização”, como dizia Antônio Cândido (2010).

Implicitamente, o conjunto dos artigos que integraram os volumes do período ao qual estamos fazendo referência, assumiram mais fortemente certo compromisso com a sociologia e a antropologia das políticas públicas, sem que isso implicasse a exclusão dos artigos publicados nas décadas anteriores. Quer dizer, sem dúvidas o leitor encontrará muitos bons artigos na produção dos anos 1980 e 1990, cuja a centralidade era a análise de uma ou outra política pública, a saber: a política pública de criação dos Perímetros Irrigados no Semiárido Nordestino, a política pública de criação de assentamentos rurais e a recém instituída política de aposentadoria rural (Queiroz; Aragão; Pakman, 1996; Ferrante, 1997; Delgado, 1998). Todavia, o fenômeno de afiliação da Revista *Raízes* ao elenco das políticas públicas voltadas aos espaços rurais e às expressões das ruralidades se explica pelo que sabiamente escreve o Professor Francisco de Oliveira (2009, p. 8-9) ao prefaciar o livro escrito por Rui Braga e Michael Burawoy, “Por uma Sociologia Pública”, assinalando que a “sociologia para as políticas públicas” é uma ciência social aplicada às questões públicas, da saúde, da administração, da educação, da mídia, e também produzida sob encomenda para clientes.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. O.; BURSZTYN, M.; CHACON, S. S. Gestão comunal de águas: a experiência da comunidade Lagoa dos Cavalos - Ceará. *Raízes*, v. 31, n. 2, p. 101-115, 2011. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2011.v31.338>.
- ANDRADE, M. C. A agricultura e os desafios do desenvolvimento no Nordeste do Brasil. *Raízes*, n. 1, p. 87-98, 1982. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1982.v.633>.
- ARAGÃO, P. O. R.; QUEIROZ, C. N. Cooperativismo e pequena produção familiar modernizada: o caso do Perímetro Irrigado de São Gonçalo-PB. *Raízes*, n. 10, p. 47-64, 1994. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1994.v.528>.
- ARAÚJO, I. F.; TEISSERENC, M. J. S. A. Mobilização, território e a emergência de novos sujeitos e arenas públicas no Baixo Tocantins. *Raízes*, v. 36, n. 1, p. 6-21, 2016. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2016.v36.443>.
- ARAÚJO, J. P.; MAIA, Z. M. G. Agroecologia, soberania alimentar e comercialização solidária na feira agroecológica de Mossoró-RN: o enlace da sustentabilidade. *Raízes*, v. 32, n. 2, p. 166-175, 2012. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2012.v32.368>.
- BARREIRA, I. A. F. Conselhos de fato e conselhos no papel: poderes locais e praticas de participação. *Raízes*, v. 33, n. 1, p. 105-119, 2013. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2013.v33.382>.
- BATISTA, M. R. R. E tinha uma índia pura no começo da família: exercício etnográfico em torno de categorias identitárias em algumas comunidades quilombolas na Paraíba. *Raízes*, v. 31, n. 2, p. 38-53, 2011. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2011.v31.332>.
- BAZIN, F. O planejamento regional no contexto da descentralização: uma ferramenta de negociação entre os atores sociais. *Raízes*, v. 22, n. 1, p. 80-87, 2004. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2003.v22.211>.
- BONNAL, P.; TONNEAU, J. P.; STOERSKY, P. As dinâmicas sociais locais em auxílio às políticas públicas: caso do município de Lagoa Seca no Agreste paraibano. In: TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. (Org.) *Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2007. p. 269-288.
- BRAGA, R.; BURAWOY, M. *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, 2009.
- BRANDENBURG, A. Agricultura familiar e produção alternativa no Centro-Oeste do Paraná. *Raízes*, n. 17, p. 23-36, 1998. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1998.v.129>.
- CAMARGO, R. A. L.; SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BORSATTO, R. S. Compras públicas estaduais na formação de sistemas agroalimentares locais: um olhar sobre o estado de São Paulo. *Raízes*, v. 41, n. 2, p. 262-279, 2021. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2021.v41.741>.
- CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul. 2010.
- CANIELLO, M.; CANIELLO, N. T.; MELO, W. J. L. Compras governamentais de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar no território rural do Seridó paraibano. *Raízes*, v. 36, n. 2, p. 82-97, 2016. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2016.v36.461>.

CANIELLO, M.; SCHNEIDER, S.; PAULI, R. I. P.; HUNTER, D. Apresentação. *Raízes*, v. 36, n. 2, p. 7-16, 2016. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/455>. Acesso em: 11 dez. 2022.

CANUTO, J. C. Agricultura ecológica e sustentabilidade sócio-ambiental. *Raízes*, n. 16, p. 13-24, 1998. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1998.v.118>.

CARMO, M. S. As bases familiares do desenvolvimento rural sustentado e a segurança alimentar. *Raízes*, n. 16, p. 41-52, 1998. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1998.v.120>.

CASAGRANDE, I. O trabalhador rural volante (“bóia-fria”): um estudo a respeito do Paraná? *Raízes*, n. 2 e 3, p. 137–147, 1983. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1983.v.620>.

CAVALCANTI, V. M. Conhecimento como produto social: o desenvolvimento do algodão naturalmente colorido na Paraíba. *Raízes*, v. 32, n. 2, p. 87-108, 2012. DOI: <http://doi.org/10.37370/raizes.2012.v32.361>.

CAZELLA, A. A.; DORIGON, C.; PECQUEUR, B. Da economia de escala à especificação de recursos territoriais: introdução ao dossiê “Desenvolvimento Rural e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais”. *Raízes*, v. 42, n. 1, p. 1-21, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.797>.

CHALOULT, Y. Uma política de legitimação do estado e rearticulação da pequena produção rural: o Projeto Nordeste. *Raízes*, n. 4 e 5, p. 61-99, 1985. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1985.v.595>.

CRUZ, M. S.; SCHNEIDER, S. Feiras alimentares e mercados territoriais: a estrutura e o funcionamento das instituições de ordenamento das trocas locais. *Raízes*, v. 42, n. 1, p. 93-113, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.769>.

CUNHA, E. M. S.; BURSZTYN, I. Potencial do gastrônomo como promotor do diálogo entre campo e cidade: um estudo de caso sobre o projeto de cestas agroecológicas do Condomínio BH, no Rio de Janeiro (RJ). *Raízes*, v. 41, n. 2, p. 385-405, 2021. DOI: <http://doi.org/10.37370/raizes.2021.v41.711>.

CUNHA, L. H. Da “tragédia dos comuns” à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. *Raízes*, v. 23, n. 1 e 2, p. 10-26, 2005. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2004.v23.229>.

CUNHA, L. H.; GOMES, R. A. A trajetória da algaroba no semiárido nordestino: dilemas políticos e científicos. *Raízes*, v. 32, n. 1, p. 72-95, 2012. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2012.v32.349>.

DELGADO, G. C. Política de previdência social rural: análise e perspectiva. *Raízes*, n. 18, p. 46-78, 1998. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1998.v.144>.

DUQUÉ, G. Estrutura fundiária e pequena produção: um estudo de caso no Cariri Paraibano. *Raízes*, n. 4 e 5, p. 168-196, 1985. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1985.v.600>.

FERNANDES, M. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. *Raízes*, v. 21, n. 2, p. 246-260, 2002. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2002.v21.196>.

FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos rurais: estratégias de recusa ao modelo estatal? *Raízes*, n. 15, p. 62-76, 1997. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1997.v.27>.

FERREIRA, A. D. D. Agricultura familiar: caminhos para apreender sua diversidade. *Raízes*, n. 17, p. 47-63, 1998. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1998.v.131>.

- FOLADORI, G. O capitalismo e a crise ambiental. *Raízes*, n. 19, p. 31-36, 1999. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1999.v.150>.
- FROEHLICH, J. M. Transformações semânticas recentes do “termo rural”: uma leitura a partir da perspectiva urbana. *Raízes*, v. 21, n. 2, p. 304-312, 2002. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2002.v21.201>.
- GARCIA-PARPET, M. F. Representações científicas e práticas mercantis camponesas. *Raízes*, v. 21, n. 2, p. 196-211, 2002. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2002.v21.192>.
- GIOMBELLI, G. P.; TECCHIO, A.; BONI, V. A construção social de um sistema de governança territorial: atuação de uma cooperativa de crédito rural na região Oeste de Santa Catarina. *Raízes*, v. 42, n. 1, p. 186-204, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.780>.
- GRABOIS, J.; AGUIAR, M. J. N. A cultura do fumo aromático no Semi-árido da Paraíba e Rio Grande do Norte. *Raízes*, n. 2 e 3, p. 19-38, 1983. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1983.v.613>.
- GRISA, C. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: novos mediadores para velhos referenciais. *Raízes*, v. 38, n. 1, p. 36-50, 2018. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2018.v38.37>.
- GRISA, C. As políticas públicas como dispositivos de autoreferencialidade e autoreflexividade das sociedades modernas: contribuições da abordagem de Pierre Muller. In: LIMA, L. L.; SCHABBACH, L. M. *Políticas públicas: questões teórico-metodológicas emergentes*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2020.
- GRISA, C. O agronegócio e agricultura familiar no planejamento setorial nos governos FHC, Lula e Dilma: continuidades e descontinuidades. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 29, n. 3, p. 545-573, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-3>.
- GRISA, C.; ROZENDO, C.; GOMES, R.; ZIMMERMANN, S. A. Sistemas agroalimentares contemporâneos: dinâmicas, perspectivas e desafios. *Raízes*, v. 41, n. 2, p. 159-163, 2021. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2021.v41.756>.
- GRONDIM, M. Considerações em torno do tema agroindústria e desenvolvimento. *Raízes*, n. 1, p. 123-134, 1982. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1982.v.636>.
- GUIMARÃES, A. P. O complexo industrial como etapa e via do desenvolvimento da agricultura. *Raízes*, n. 1, p. 99-104, 1982. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1982.v.634>.
- IANNI, O. Formas sociais da terra. *Raízes*, n. 2 e 3, p. 5-18, 1983. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1983.v.612>.
- JESUS, C. K. B. ‘O que nós quer é ocupar todos os espaços’: a participação sociopolítica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em conselhos gestores. *Raízes*, v. 39, n. 1, p. 133-145, 2019. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2019.v39.86>.
- JOLLIVET, M. O lugar dos camponeses na estrutura de classes: algumas reflexões gerais a partir de um caso particular. *Raízes*, n. 1, p. 5-24, 1982. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1982.v.627>.
- JOLLIVET, M.; PAVÉ, A. O meio ambiente: um campo de pesquisa em formação. *Raízes*, n. 12, p. 3-14, 1996. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1996.v.505>.

- MACHADO, A. G.; CAUME, D. J. Novas funções e novas atividades como alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. *Raízes*, v. 27, n. 1, p. 97-104, 2009. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2008.v27.290>.
- MALUF, R. S. Programas de desenvolvimento rural sustentável e a agricultura familiar no Brasil: enfoques, atores e escalas. *Raízes*, v. 28, n. 1 e 2, p. 19-26, 2010. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2009.v28.296>.
- MARTINS, P. H. N. A propósito de uma política regional de “desenvolvimento”: o caso do Nordeste. *Raízes*, n. 2 e 3, p. 69-78, 1983. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1983.v.615>.
- MARTINS, R. C. Política e sociedade na governança territorial: o caso das áreas rurais paulistas. *Raízes*, v. 24, n. 1 e 2, p. 70-82, 2006. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2005.v24.249>.
- MARTINS, R. C. O agrário e o ambiental na gestão de águas. *Raízes*, v. 26, n. 1 e 2, p. 35-45, 2008. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2007.v26.273>.
- MATTEI, L. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do PRONAF no Brasil. *Raízes*, v. 35, n. 1, p. 6-20, 2015. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2015.v35.421>.
- MENEZES, M. A. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. *Raízes*, v. 21, n. 1, p. 32-44, 2002. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2002.v21.177>.
- MORAES, M. D. C. Tecnologia camponesa: saber e estratégias de resistência (alguns delineamentos teóricos). *Raízes*, n. 13, p. 97-111, 1996. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1996.v.501>.
- MORAIS, J. R. G.; MIRANDA, R. S. A gênese supermercadista: das resistências às inovações do autosserviço (agro)alimentar. *Raízes*, v. 41, n. 1, p. 134-158, 2021. DOI: <http://doi.org/10.37370/raizes.2021.v41.689>.
- MOREIRA, R. J. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. *Raízes*, n. 17, p. 11-22, 1998. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1998.v.128>.
- MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; HOFMANN-SOUKI, S. Agricultura Apoiada Pela Comunidade (CSA): novas solidariedades entre produtores e consumidores na Alemanha. *Raízes*, p. 210-227, 2021. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2021.v41.742>.
- NIEDERLE, P. A. Mercados como ordens sociais: uma alternativa pluralista aos dualismos da sociologia da agricultura. *Raízes*, v. 37, n. 2, p. 88-101, 2017. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2017.v37.68>.
- OLIVEIRA, F. Prefácio. In: BRAGA, R.; BURAWOY, M. *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 8-9.
- PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Raízes*, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 2006. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2005.v24.243>.
- PIRAUX, M.; MIRANDA, R. S. A longa emergência da agricultura familiar: relações entre atividade agrícola, atores sociais e formas de intervenção do estado no Agreste Paraibano. *Raízes*, v. 30, n. 2, p. 52-67, 2010. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2010.v30.91>.

- QUEIROZ, C. N.; ARAGÃO, P. O. R.; PAKMAN, E. T. Perímetros irrigados e modernização agrícola. *Raízes*, n. 12, p. 15-32, 1996. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1996.v.506>.
- RAMALHO, D. S. Seca, migração e moradia: onde fica a mulher? Invisível? *Raízes*, n. 13, p. 31-51, 1996. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1996.v.497>.
- RIBEIRO, G. L. Aspectos contemporâneos da questão indígena. *Raízes*, n. 1, p. 45-54, 1982. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1982.v.630>.
- SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. *Raízes*, n. 20, p. 41-49, 1999. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2003.v22.209>.
- SABOURIN, E.; DUQUÉ, G.; MALAGODI, E. Novos atores do desenvolvimento rural no semi-árido brasileiro: uma visão crítica do período 1997-2002. *Raízes*, v. 22, n. 1, p. 58-72, 2004. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2021.v41.663>.
- SANTO, I. S. E.; PIRAUX, M. Desafios do funcionamento de conselhos deliberativos em reservas extrativistas marinhas na região bragantina do estado do Pará. *Raízes*, v. 41, n. 1, p. 62-78, 2021. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2021.v41.663>.
- SANTOS, R. F.; SILVA, P. C. G. Pesquisa agropecuária e agricultura familiar no Brasil. *Raízes*, n. 14, p. 125-136, 1997. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1997.v.494>.
- SANTOS, R. O pequeno investimento como política de desenvolvimento regional: Notas sobre a experiência do governo de Allende. *Raízes*, n. 6, p. 61-74, 1988. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1988.v.572>.
- SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. *Raízes*, v. 23, n. 1 e 2, p. 99-116, 2005. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2004.v23.237>.
- SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2002.v21.175>.
- SIEBER, S. S.; GOMES, R. A. “Política e negociações” nos trilhos da convivência com o Semiárido. *Raízes*, v. 38, n. 2, p. 23-42, 2018. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2018.v38.19>.
- SOLER, N. M. A agricultura alimentar e o impacto do crédito rural sobre os diferentes tipos de produtores. *Raízes*, n. 6, p. 75-106, 1988. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1988.v.573>.
- SOUSA, F. G. R. B. Falas de seca, silêncios da liberdade. *Raízes*, n. 10, p. 98-112, 1994. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1994.v.531>.
- STROPASOLAS, V. L. Desenvolvimento rural e inclusão social: os alcances da ação extensionista no Projeto Microbacias 2. *Raízes*, v. 26, n. 1 e 2, p. 120-127, 2008. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2007.v26.281>.
- TONNEAU, J. P.; DUQUÉ, G.; DINIZ, P. Desenvolvimento territorial no Nordeste: um método de diagnóstico e planejamento participativos. *Raízes*, v. 22, n. 2, p. 29-39, 2004. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2003.v22.218>.

TONNEAU, J. P.; TEIXEIRA, O. A. Políticas públicas e apoio institucional à agricultura familiar no Brasil: agroecologia e estratégias de desenvolvimento rural. *Raízes*, v. 21, n. 2, p. 295-303, 2002. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2002.v21.200>.

VERGOPOULOS, K. Capitalismo e alimentação. *Raízes*, n. 4 e 5, p. 5-32, 1985. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.1985.v.592>.

WANDERLEY, M. N. B. Olhares sobre o “rural” brasileiro. *Raízes*, v. 23, n. 1 e 2, p. 82-98, 2005. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2004.v23.236>.

WATANABE, C. H. Desenvolvimento rural sustentável solidário e a formação sindical: a experiência da CONTAG. *Raízes*, v. 28, n. 1 e 2, p. 166-173, 2010. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2009.v28.310>.